

A mística da norma: design gráfico e referenciação à *la* ABNT

The mystic of the standard: graphic design and referencing to ABNT

La mística de la norma: diseño gráfico y referenciación a la ABNT



Joaci Pereira Furtado

Resumo

É difícil discordar das normas quando elas estão naturalizadas. No caso daquelas que empregamos em artigos e revistas científicas, há o agravante de sua racionalidade e de seu aparente rigor. Assim, dispendemos enorme esforço para formatar nossa escrita às exigências das revistas sem pensar nas consequências estéticas das normas. Estéticas não apenas no sentido visual, mas também do estilo na escrita. Apontamos para as consequências estilísticas na escrita acadêmica e concluimos que descuidar de *como* escrevemos significa abandonar a própria linguagem das Ciências Humanas.

Palavras-chave: Humanidades; Escrita; Design.

Abstract

It is difficult to criticize standards when they are naturalized. In the case of those we use in scientific articles and magazines, there is an aggravation of its rationality and its apparent rigor. We spent an enormous effort to format our writing to the requirements of the magazines without thinking about the aesthetic consequences of the norms. Aesthetics not only in the visual sense, but also in the style of writing. Here we expose the stylistic consequences in academic writing. And we conclude that to neglect how we write means to abandon the very language of the Human Sciences.

Keywords: Humanities; Writing; Design.

Resumen

Es difícil estar en desacuerdo con las reglas cuando están naturalizadas. En el caso de los que empleamos en artículos y revistas científicas, está el agravante de su racionalidad y su aparente rigor. Por lo tanto, dedicamos un enorme esfuerzo a formatear nuestra escritura a las demandas de las revistas sin pensar en las consecuencias estéticas de las normas. Estéticas no solo en el sentido visual, sino tam-

bién de estilo en la escritura. Aquí exponemo las consecuencias estilísticas en la escritura académica y concluimos que descuidar la forma en que escribimos significa abandonar el lenguaje mismo de las ciencias humanas.

Palabras clave: Humanidades; Escritura; Diseño.

Aqui é a Introdução

O bom design é aquele que não se percebe. Pelo menos não nas páginas impressas e certamente nas eletrônicas. Em seu clássico *O design do livro*, o norte-americano Richard Hendel, diretor de produção e designer da editora da University of North Carolina at Chapel Hill, elabora essa constatação de maneira mais elegante: “Quando aceitamos a ideia de que o importante no livro é o significado das palavras e não o modo como se apresentam, isso se deve à própria invisibilidade do design” (HENDEL, 2006, p. 1). Isto é, quando a leitura é de tal forma confortável e “naturalmente” fluente não nos apercebemos das “especificações complicadíssimas” que a precedem e, muitas vezes, sequer pensamos como uma página – por exemplo, esta – veio a existir tal como a lemos. “Quanto mais mundano um objeto (um lápis, um livro), menos pensamos em seu design” (HENDEL, 2006, p. 1).

É bem provável, pois, que você que nos lê não repare ou não se incomode com o sobrenome do autor citado já duas vezes no parágrafo anterior, referido em maiúsculas – ou em “caixa alta”, como também se diz, tomando emprestado um termo da antiga tipografia – e entre parênteses, seguido do ano da publicação e da página onde se encontra o trecho transcrito. Afinal, essa forma de remeter o leitor à fonte ou ao fundamento do que se escreve num artigo científico, listado nas referências ao final do texto, está tão naturalizada – ao menos para nós, acadêmicos – quanto o design da escova de dentes: a grande maioria, se não todos os periódicos científicos do mundo, hoje adota esse sistema de “chamada” por sobrenome, data e número da página.

Ou seja, se você quer saber mais detalhes sobre a edição do livro de Hendel mencionado aqui, é necessário ir até ao que antes, e agora cada vez menos (por causa de uma disciplina da Biblioteconomia), se chamava “bibliografia”. Nela, se não houver outro Hendel ou outra obra desse mesmo autor, você verificará que *O design do livro* é a edição brasileira do original – *On Book Design* – traduzido por Geraldo Gerson de Souza e Lúcio Manfredi, publicada em 2006 pela Ateliê, em Cotia, cidade que integra a região metropolitana de São Paulo (detalhe que acrescentamos aqui por preciosismo,

não por obrigação). Se, ao longo deste artigo, citássemos ou nos fundamentássemos em outra obra desse mesmo autor, você a distinguiria pelo ano da edição, não pelo título. Que, a rigor, nem precisamos mencionar: bastaria escrevermos “segundo Hendel (2010)”, e você entenderia que se trata de outra obra do mesmo autor, só que publicada em 2010, ou então descobriria, na lista lá do final, que há outro Hendel – ou outra, como a premiada ficcionista israelense Yehudit Hendel, por exemplo. Mas não é o caso.

Seja como for, no decurso da leitura, e ao menos em tese, a consulta às referências bibliográficas é indispensável: precisamos tê-las do lado, simultaneamente ao corpo do texto, se quisermos saber exatamente que obra está sendo citada, mencionada, criticada, negada, comentada, incorporada, rejeitada, detratada ou apenas referida por uma questão de honestidade intelectual. A publicação em suportes digitais resolve esse problema, ainda que numa improvisação, evidenciando as limitações do sistema: por exemplo, abrir o mesmo arquivo ou página em duas janelas diferentes e simultâneas, no mesmo computador, e ler o texto com a bibliografia em paralelo. Mas, da maneira como funciona a totalidade das revistas eletrônicas universitárias, a lógica é a do livro impresso: a lista completa dos títulos mobilizados ao longo do artigo, no qual eles constam apenas pelo sobrenome do autor e o ano da edição, encontra-se ao final do texto.

Resolver graficamente esse problema não é fácil, ainda mais agora que o objeto livro, tal como o conhecemos há dois mil anos, em seu formato códice (que é o mesmo das revistas impressas), está sendo rapidamente substituído por uma forma “amorfa”, digamos assim. Isto é, hoje se lê cada vez mais em telas multifuncionais, e não em páginas de papel. Nas telas, com maior ou menor radicalidade, o leitor pode intervir – ampliando a fonte ou alterando a disposição das páginas na tela, por exemplo. Essa virtualidade é ecologicamente bem-vinda, pois muitas revistas acadêmicas publicam artigos que em breve serão desbancados por uma descoberta ou uma invenção (pensamos sobretudo nos periódicos de Ciências Exatas e Biológicas, embora em Humanas as ideias também caduquem). Os artigos ou capítulos são acessados sem que seja necessário passar pelo todo. Imagine a operação de abrir uma edição impressa: passar pela capa, ir até o sumário, localizar o título, identificar o número da página e folhear o volume até encontrá-lo. Hoje, pelo mecanismo de busca, você acessa diretamente a íntegra do artigo que procura, quando não exatamente a página, saltando todo o aparato editorial que constitui um livro ou uma revista e que tem uma longuíssima história de consolidação. Mas voltando ao problema mencionado neste parágrafo: lógica e graficamente, as referências não são fáceis de resolver. Nos textos científicos e filosóficos elas

são indispensáveis, pois explicitam a todo tempo de onde tiramos aquela ideia ou com que obra dialogamos.

Antes desse sistema hoje aparentemente universalizado, um modo recorrente de fazer isso era abrir uma nota de rodapé e ali colocar os dados elementares do livro ou texto em questão: o nome completo do autor, o título da obra e a página. Na bibliografia constariam as demais informações – os dados editoriais. Havia uma regra para quando você citava várias vezes o mesmo título: usavam-se palavras latinas – *Idem*, para mesmo autor, *Ibidem*, para mesmo autor e obra, referidos em nota anterior, mais a página. O que criava um problema: era preciso localizar a nota inicial, mais completa, para saber de que obra e autor se tratavam, se o próprio texto não esclarecesse isso. Ou então, se era outra obra escrita pela mesma pessoa, usava-se *Idem* para não repetir o nome dela e escrever o título completo do livro ou artigo. Ou ainda o nome do autor seguido das iniciais “op. cit.” para abreviar a expressão latina *opus citatum* – “obra citada” – seguida ou não do número da página, lembrando que, antes, aquele título foi referido.

Algumas editoras adotavam a gentileza de nunca usar “op. cit.”, “Idem” e “Ibidem” em páginas diferentes, mas era algo raro, como é próprio da gentileza. Essa forma de referência, presente ao menos desde os tempos da Europa medieval, foi bem resolvida pelo design gráfico, ao longo do tempo, constituindo como que um texto menor, no inferior (rodapé) ou à margem lateral da página, que podia ser lido não só para identificar a obra mencionada, mas também para constituir uma escrita paralela, que por uma questão de sequência lógica ou de estilo não caberia no corpo do texto propriamente dito.¹

O que gostaríamos de discutir é a estética gráfica que o atual modo de referência, preconizado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas e adotado – e naturalizado – por todas ou quase todas as revistas científicas do Brasil, impõe às páginas de nossos periódicos, assim como perceber sua influência inclusive no modo como os artigos são escritos.

A norma não é normal

Esse aforismo foi dito durante mesa-redonda promovida como atividade numa das greves da Universidade de São Paulo, em algum fim de tarde da década de 2010. Foi pronunciado por João Adolfo Hansen, instigante professor do curso de Letras daquela universidade. O registro da frase, antes num vídeo do Youtube, infelizmente se perdeu.

Mas não sua força. Porque, se pararmos para pensar sobre ela, talvez constataremos que nossa tendência, agora mais do que nunca, é introjetar as regras de tal maneira que elas assumam a fatalidade da natureza – ou, pior que isso, que elas passem a integrá-la. Indo direto ao ponto: leis, preceitos, regras, protocolos, diretrizes, códigos, regulamentos e normas – que não são algo necessariamente ruim – têm história e motivações nada isentas ou neutras, embora com frequência digam ou pareçam o contrário. Basta lembrar o que o filósofo francês Michel Foucault pensou a respeito da sofisticação, por meio da disciplina, dos mecanismos de controle sociopolítico pelo Estado liberal-burguês, em *Vigiar e punir* (FOUCAULT, 1987), ou o que o sociólogo alemão Norbert Elias descreveu em *O processo civilizador*, dissecando a invenção da etiqueta moderna (ELIAS, 1994), ou ainda o que diz o linguista Ataliba de Castilho sobre o idioma escrito, gramaticalmente normatizado e legalmente fixado, em contraposição ao dinamismo de seu uso oral. A língua falada, diz ele numa entrevista gravada em vídeo,

[...] aponta mais para o futuro, enquanto que a língua escrita aponta para a documentação do que ela foi no passado. É uma língua cujas propriedades estão sempre sendo postas em questão pela comunidade que fala. (PESQUISA FAPESP, 2017, 4'10”).

Por que com as normas de referência seria diferente? Não há nada que nos assegure que as regras da ABNT em questão, reunidas sob a sóbria rubrica *NBR10520*, de agosto de 2002, sejam melhores que as anteriores – e muito menos eternas. Para sermos mais exatos, referimo-nos ao item 5 do documento, que diz o seguinte:

Nas citações, as chamadas pelo sobrenome do autor, pela instituição responsável ou título incluído na sentença devem ser em letras maiúsculas e minúsculas e, quando estiverem entre parênteses, devem ser em letras maiúsculas (ABNT, 2002, p. 2).

Por aí já vemos que nem sempre os periódicos brasileiros tomam a orientação ao pé da letra, como se diz: a quem estiver atento a esses detalhes ficarão evidentes casos em que apenas a primeira letra dos sobrenomes figura em maiúscula, dentro dos parênteses. Mas é claro que sempre é possível alegar, por exemplo, que elas são práticas e econômicas: “puxar” uma nota de rodapé todas as vezes que é preciso referenciar uma

obra realmente desvia o curso da leitura, pode aumentar o trabalho para quem escreve e com certeza ocupa mais espaço. Aliás, também invariavelmente, as diretrizes para os autores, nas revistas acadêmicas das Humanidades (termo genérico que aqui, para todos os efeitos, abarca a Filosofia, as Ciências Sociais – inclusive as Aplicadas –, as Letras e as Artes), pedem que as notas sejam usadas com bastante parcimônia – isso quando não recomendam que os parágrafos sejam seccionados, como se parágrafo longo fosse realmente um defeito do texto acadêmico. Alguns periódicos delimitam seu uso dizendo que as notas servem apenas para acrescentar comentário relevante que não caberia no corpo do texto – e jamais para referenciar uma obra. Inclusive, em alguns casos, a antipatia pela nota é tão grande que ela é banida para o final do texto, o que faz o paraíso dos diagramadores e o inferno dos leitores.

Praticidade e economia, porém, são argumentos mais contábeis ou mercantis que propriamente intelectuais – e nada estéticos. E quem diz que algo é “prático” e “econômico”, como se apresentasse novo modelo de eletrodoméstico, está falando de seu valor de troca e não de uso, para usarmos o jargão da economia-política marxista, como que prometendo uma vantagem no consumo daquele produto. O sistema de referênciação que estamos examinando pode ser ágil e poupar espaço (se bem que páginas eletrônicas não gastam papel e nem ocupam lugar nas estantes...), mas, como vimos, se é prático, pode sê-lo para os autores, não para os leitores – que, convenhamos, costumam (ou espera-se) ser mais numerosos que os primeiros. Então resta a impressão de que a norma preconizada pela ABNT está mais preocupada com quem escreve do que com quem lê. Daqui a pouco voltaremos a essa intuição.

Antes, mais um argumento em favor das regras de referênciação hegemônicas: elas são hegemônicas. Ou, para traduzi-lo numa formulação coloquial, “todo mundo faz assim”. É o tipo de argumentação que sabemos fraca – não é porque “todo mundo faz assim” ou porque o consenso se instaurou que devemos fazê-lo também –, mas que tem a força de nossa inércia diante dela ou de quem a enuncia. Um levantamento na Internet nos revelará que “todo mundo” curiosamente exclui outros mundos.

A franco-canadense *Revue d'histoire de l'Amérique Française*, pelo menos até seu volume 73, publicado no verão-outono de 2019, adotava o velho sistema de referênciação em abundantes notas de rodapé. O *Journal of Health Care for the Poor and Underserved*, publicado pela norte-americana Johns Hopkins University Press, prefere um método singular: não há uma lista com as referências bibliográficas, que são postas em notas ao final do artigo. O *International Journal of Sociology and Anthropology*,

publicação em inglês que reúne estudiosos africanos ou especialistas no continente, simplesmente evita notas, enquanto os sobrenomes dos autores entre parênteses não são referidos integralmente em caixa alta no decorrer dos artigos. Mas basta uma visita à plataforma Open Journal Systems, que hospeda boa parte dos periódicos brasileiros, para verificarmos que ela mesma oferece padrões diferentes de referência automática para os artigos, a despeito das poucas diferenças entre eles: além do da ABNT, temos ACM, ACS, APA, Chicago, Harvard, IEEE, MLA, Turabian e Vancouver.

Sobre aquela intuição: ela é inspirada por outra – a de que, no corpo do artigo ou capítulo, referir os autores pelo sobrenome em maiúsculas (e mesmo em minúsculas) facilita, como uma *hashtag*, a contagem de vezes que a obra ou quem a escreveu foi mencionado, mensurando seu impacto para o qual a Biblioteconomia até criou uma disciplina: a bibliometria, que, entre outras aplicações, pode medir a repercussão de determinado periódico científico ou identificar os autores e instituições mais produtivos, traduzindo-os em números (“fator de impacto” e “índice-h”, por exemplo).

Se você é professor universitário ou pós-graduando, sabe bem do que estamos falando, porque esses índices são decisivos para qualificar um programa de mestrado ou de doutorado por agências reguladoras ou de fomento, como a CAPES e o CNPq, e quantificar a produção de um docente-pesquisador. Isso tem implicações muito práticas e palpáveis – verbas – e outras impalpáveis, mas não menos operantes, como o prestígio e seu frequente efeito colateral, a vaidade. Programas com pontuação baixa na avaliação da CAPES podem ser punidos com restrições ou mesmo com o bloqueio de recursos financeiros e de bolsas de estudo para seus alunos – bolsas que são indispensáveis, quando suficientes, para a dedicação exclusiva à pesquisa. Ou então podem ser “descredenciados”, termo técnico para a sua extinção. Professores com baixa produtividade (leia-se: poucas publicações e, portanto, pesquisas) têm dificuldade de obter financiamento para seus projetos e correm o risco de serem excluídos dos programas de pós-graduação. “Publique ou pereça”, diz outra norma – esta, informal ou às vezes ofensiva – naturalizada entre nós como o mar e a lua. O que não quer dizer que, mesmo sem necessariamente negá-la, não haja ponderações ou reparos a ela, como estes, de Maurício L. Barreto, no artigo “O desafio de avaliar o impacto das ciências para além da bibliometria”:

Não por acaso, a bibliometria, com os seus vários índices, tornou-se a referência da avaliação científica e a principal estratégia de medida “objetiva” do impacto

científico de um indivíduo, instituição ou revista, passando a ser praticamente confundida com cienciometria. Isso acontece apesar de todos saberem da sua principal deficiência: o fato de que os índices mensuram apenas uma parte do *modus operandi* das ciências (publicar e citar), deixando de lado os seus potenciais e variados efeitos não bibliográficos sobre o mundo. ((BARRETO, 2013, p. 835, grifo do autor).

A palavra-chave do trecho acima é o advérbio “apesar”, que introduz quebra de expectativa, já prenunciada por irônicas aspas em “objetiva”, quanto à exação da bibliometria ao medir a repercussão de um trabalho ou periódico científico. Se os sobrenomes em caixa alta funcionam como dispositivo de contagem, então encontramos o elo entre a intervenção gráfica das normas da ABNT e a produtividade acadêmica em artigos e mesmo livros científicos. Porque não conseguimos vislumbrar outro. Salvo melhor juízo, e parece que nele estamos bem acompanhados por Maurício L. Barreto, professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, trata-se de um dos muitos mecanismos para medir o que não se mede.

E não remetemos apenas aos “potenciais e variados efeitos não bibliográficos” que o saber acadêmico possa surtir “sobre o mundo”. Porque o conhecimento, para horror do pragmatismo próprio de nossa era, pode – ou poderia – ser um valor em si mesmo, sem utilidade definida. Pior, pode – ou poderia – ser incomodamente inútil. Veja o que, e novamente, João Adolfo Hansen diz, desta vez numa “aula pública”, durante outra greve na USP, falando para um pátio repleto de alunos sentados no chão, na fria noite de 27 de agosto de 2014:

Se a gente não lê traduções de Virgílio ou Cícero ou Tácito, ou se a gente não lê Homero, não conhecer Píndaro, não ler Sófocles, a Terra não sai do eixo. A Terra continua girando perfeitamente. Mas não sei se vocês concordam também que ela fica muito mais miserável do que ela já é, sem eles. (HANSEN, 2014, 16’50”).

Do ponto de vista das mensurações acadêmicas, o impacto dessas palavras é nenhum – mesmo que o vídeo já tenha merecido 4.542 visualizações até 8 de maio de 2021 –, pois elas não estão num livro ou artigo científico. Sequer é uma aula dentro do calendário universitário ou uma conferência em congresso de especialistas. Mas é inegável que o trecho acima nos faz pensar sobre a miséria da existência humana, se ela se

contentasse apenas com o estritamente indispensável à sobrevivência. E não nos parece que pensar sobre ela, a miséria humana, seja algo frívolo. Pois são esses “potenciais e variados efeitos não bibliográficos”, e não exclusivos das Humanidades, que escapam à mensuração. Referimo-nos tanto às palavras de Hansen, propriamente, quanto ao conteúdo delas, isto é, à mitigação da miséria humana pela, por exemplo, leitura dos inúteis clássicos gregos e latinos.

Como, então, medir a potência de uma ideia, que é o único “produto” das Humanidades? (Não construímos pontes e nem curamos doenças, embora a Economia possa tocar diretamente em nosso órgão mais sensível e a Psicologia frequentemente “melhore” as pessoas.) Pelo número de vezes que seu autor é mencionado? Pela quantidade de livros e sobretudo artigos que ele acumula no currículo? Se a resposta for sim, por mais complicado que esse consentimento seja, que o leitor nos permita invocar aqui, para complicá-la ainda mais, um filósofo holandês que falava português em casa: Baruch de Spinoza (1632-1677). Dizia ele que um afeto nunca é vencido por uma ideia. Um afeto só pode ser superado por outro afeto mais forte: “Um afeto não pode ser refreado nem anulado senão por um afeto contrário e mais forte do que o afeto a ser refreado” (SPINOZA, 2010, p. 275). “Afeto” no sentido filosófico do termo, bem entendido, como capacidade de afetar, de mobilizar afetos (*páthos*) traduzidos inclusive fisicamente, corporalmente, já que, para Spinoza, corpo e mente não se separam². E nada mais desapixante que números, como gostam de ressaltar os que amam sua objetividade.

Medir a relevância de uma obra ou de um autor pelo número de vezes em que ambos são citados é ignorar, pois, que uma ideia só é mesmo relevante quando ela é capaz de apaixonar. Barreto (2013, p. 835) tem razão, “[...] os índices mensuram apenas uma parte do *modus operandi* das ciências (publicar e citar) [...]” – e assim mesmo, frequentemente para figurarem em relatórios e estatísticas que, por sua vez, justificarão a liberação de verbas, o pagamento de salários, a manutenção de empregos, a existência de instituições e talvez alguma vaidade.

Em outros termos, eles tentam dar concretude à abstração intelectual. Ou, na descrição mais acabada e problematizadora da psicóloga Izabel Cristina Ferreira Borsoi, professora da Universidade Federal do Espírito Santo, “O problema é que a atividade docente realiza-se na dimensão imaterial do trabalho por excelência”. Assim, os mecanismos de aferição e critérios de produtividade supostamente objetivos “impactam de modo avassalador tanto a qualidade da produção acadêmica – que passa a ter como parâmetro principal a quantidade – quanto a saúde e o modo de viver dos docentes”

(BORSOI, 2012, p. 83). Como se vê, não estamos falando de algo inofensivo. O que não quer dizer que “culpamos” essa norma de referência da ABNT pelo produtivismo patogênico que compromete a sanidade física e emocional dos docentes universitários, mas que a consideramos como tradução gráfica de um sintoma dele.

Por isso, é oportuno conhecermos o que, em seu site oficial, a entidade entende por “normatização”. Esse conceito, segundo a associação, descreve uma “atividade” que busca antecipar-se aos problemas e evitar o caos, “com vistas à obtenção do grau ótimo de ordem em um dado contexto” (ABNT, 2014, n. p.). Ou seja, é essencialmente uma ação de controle, de disciplina, de uniformização. O que, repetimos, não é algo ruim em si, sobretudo quando pensamos na complexidade do funcionamento de nosso mundo, tão dependente de ações e reações programadas e coordenadas inclusive entre pessoas e máquinas cuja existência ignoramos. Normatização significa previsibilidade. E previsibilidade pressupõe ordem, regra, norma. Imagine, por exemplo, a tomada de três pinos para o seu plugue de dois.

Chama-nos a atenção, porém, o que vem a seguir, no segundo parágrafo: que a normatização é “o processo” – já não mais apenas “atividade”, portanto – de “formulação e aplicação de regras para a solução ou prevenção de problemas, com a cooperação de todos os interessados, e, em particular, para a promoção da economia global” (ABNT, 2014, n. p.). Certamente a comunidade acadêmica deve ter sido ouvida³, quando a ABNT formulou (ou incorporou) seus protocolos para referência bibliográfica hoje adotados pelos periódicos brasileiros, mas ficamos pensando que lugar eles teriam ou em que eles contribuiriam para a “promoção da economia global” – seja lá o que isso possa significar. Seria uma forma de a produção intelectual internacionalizar-se mais facilmente? Um modo de ela integrar-se, mesmo que indiretamente, ao mundo sem fronteiras do capitalismo contemporâneo?

Com certeza, as duas coisas. Mas de novo trazemos a sardinha para a nossa brasa: nas Humanidades, os objetos podem ser dramaticamente locais, particulares, singulares. Se você estuda, por exemplo, a retórica dos sermões do padre jesuíta Antônio Vieira (1608-1697), por mais que ele tenha sido “o imperador da língua portuguesa”, segundo o poeta Fernando Pessoa, dificilmente encontrará interessados nele em outros idiomas, embora até haja. Ao contrário, por exemplo, de estudiosos do coronavírus. Ou do teorema de Thévenin. Ou mesmo do antigo Egito. Ou ainda da filosofia clássica dos gregos. Quer dizer, parece que essa normatização, junto a outras regras, deriva de ciências ou áreas do conhecimento capazes de constituírem extensas comunidades su-

pranacionais, intensas em suas trocas de descobertas, avanços e revisões, e não menos sujeitas à naturalizada mensuração da produtividade. É claro que não vemos nenhum problema no intercâmbio, na circulação, na internacionalização. Pelo contrário, quanto mais gente para debater o que pensamos, melhor pensamos. Mas constatar isso não resolve o problema que motivou a redação deste texto.

A página perfeita

Quando, mais atrás, elencávamos os argumentos a favor dessa regra – praticidade, economia e universalidade –, deixamos para esta terceira parte, que é a principal do artigo, para falarmos da característica mais polêmica, porque mais subjetiva, desse método de referência: sua estética. Nós a consideramos simplesmente feia, para dizermos de pronto e sem meias-palavras. E não é apenas por mera questão de “gosto pessoal”, como se este fosse infenso à cultura e ao tempo em que ele se forma. É que essa norma ignora cerca de seiscentos anos de busca pela página perfeita. E o que entendemos como “página perfeita”? É aquela sem ruídos, em que a leitura fluirá de tal modo “que as palavras do autor pareçam saltar da página” (HENDEL, 2006, p. 3). E avançamos, fundamentando nossa crítica à estética da referência à la ABNT, de novo recorrendo a Richard Hendel: “Um bom design só pode ser feito por pessoas acostumadas a ler – por aquelas que perdem tempo em ver o que acontece quando as palavras são compostas num tipo determinado” (HENDEL, 2006, p. 3). Quando se adotou a norma em questão, supomos, pensou-se pouco no leitor, não só pelos problemas práticos que já apontamos, mas também pela estridência estética que ela impõe à página.

Não exageramos quando dissemos que há quase seis séculos se busca um modo de distribuir as letras sobre o papel ao mesmo tempo confortável e belo para o leitor – entendendo “belo” aqui como a sobriedade que o design gráfico de textos deve conquistar, sempre pensando acima de tudo no leitor. “O trabalho real de um designer de livro”, diz Hendel, que invocamos também para sustentar nosso juízo sobre a aparência das páginas das revistas acadêmicas, “não é fazer as coisas parecerem ‘legais’, diferentes e bonitinhas” (HENDEL, 2006, p. 3), atulhando a página de penduricalhos. Ou de sobrenomes em maiúsculas, acrescentaríamos. Quando falamos em sobriedade como condição para a beleza da página e a fluência da leitura num livro ou revista acadêmicos, imaginamos algo assim (Figura 1):

que eram a grande referência naquele momento de surgimento da prensa móvel, embora guardem coerência entre si e tudo esteja sobriamente em tinta escura sobre papel claro. Mas repare como, há exatos 526 anos, Manuzio pensou no conforto das margens – esses generosos vazios nos quatro cantos da página – e das entrelinhas, distantes o suficiente para que os olhos não se percam no correr da leitura. A “mancha”, como dizem os designers referindo-se à massa de texto, está contida num retângulo cujas linhas não vemos, mas sentimos. Que não se menosprezem semelhantes detalhes, notados pelo leitor apenas quando o editor, ávido em poupar papel (ou trabalho), “aproveita” o espaço enfiando o maior número possível de letras na mesma página (Figura 2):

Figura 2: Um mau exemplo de diagramação.

Lor at luptat wis nummy nostrud

Estions quissed eliquipit utem el ullut aliquam dolorpe ostrud mod tat vulputem zzzrit nis dignis numsan veriustrud exer iure dunt dolor sequis num el delis alisi bla corem zzzriquam zzzriquisl dolent ut erit irit velent velessequis nosto er si euisis nos do doloreet utpat. Ut velessim vullandre con vulla ate magniss quamet laore consendre feum nullam ipsusto od delit loboreet, consequisse velis num irit incilit utet, si eriurem quismodipit iril euipsus incipsum in volenim zzzrilil praestio od modigna am dolumsan ulputet, sustin vullamet praestion et voloreet, core min eummodo ortio dip ea consed eniamet lorem zzzriure eugait utet nisl diamcon llumsandre te volor sum nos del iriustisis num in henis niam irit aut wisismo oborero ea adigna aliquam dunt adipsumsan ver se commod tie con vel ent nonsequi blaortio od mod dolore consequat autet lore dolortio eum dolore dipis aliquat, sisit accumsan eui el ulluptat, core tat. Ut dolenibh ex et, quatet ip ero odolote con hent utat. Ut amet lorperaessi. Lortio dunt lam in velisi euipit ipis nonsequ piscidunt ut la faccum ndion velit ing er sequat nulputpatem ver am venim iustrud erosrud molorem vero con ulla consectem dolore min voloreriure modolor erate eraesto digna consequamet volor sequi blaore feugiat nonsequis nim inim eugait inismod dolor si. Lorem zzzrilil aliquipit, vent in henis nis nulla faciliq isit, suscilit wis diam zzzrit, velestie veniamconse dunt euguer ncinim diam aut adigna at nim vent lorem iustrud dunt nim ipiscilit aut veniam zzzriure tie tet diat volortie te vel dip estrud magnisi etum veros nulputatis non ut ipismol tatum aliquisci tat lorem dolent ero odigniate moduluptat. Ut iure tat lan hendiamcorem dolore dolore do dit am vel ea facip et wisi bla alit luptat. Lorem atie tat. Lore eugiamc nsecte diam, quis nisl utat augueniisit lutpat. Duisit irillandre irit lametue dit wisi te tet, veliquis aliquis accumsan utet, qui el ut luptat. Ut nibh exeros nulla feugait vulput wisi euip ea feu feugue doluptat, quam, si. Lore ming et nullut eugiate volumsa dreraestrud tatem dolum quisi bla consed dignibh et prate dolore del ilit nullaore magnim adipit at. Ut la conse tat dolobortisim doloreet ilisim dolore faccum quatum et vero diam iniam am veliquatet, quisiscipit aliquatem velesed elisit niat alis amet at ad mincin ut lor at. Duis nim augiam, vendigna am, quis nullandrem vullan ver inisism dolestrud magnim exeraes equis dolore tet ilisi utem dolor adipsumsto consequisim dolor ilit ver sit, volorem dit nit prat. Ut vel dolestismodo con velesed modiamet at nibh eliquis eum eum qui eros adiatie magnit augue veliquisi bliamet nim zzzriluptat. Duiipit lore cor sim aciduis nit, vel iniamconummy nos num quat. Lorem quate mod diam ing euguer sum ilit ad tat ating ero odigna faciliscilit aci ea feupsummy nim nostis ex euguer ing et nullametummy nisim dipsummy nis nullaortis nit prat ut at wismodipsum aliquam velis enisis ex et numsandre feu feum volore do dion euipisim augiamet utpat luptat, quisit alis dunt adiam, quipsustis nosting ex et iciduis equam zzzrilil nim irit nulla ad te commodion hendreet, vel del endipit am incilla consequatis dolobore cor summy numsand onsed et, veliquisi ex et nos nim zzzril diat. Duisi ea atem velit prat velit aut vel iniam, si blandio dolor at laorper sequat inim dolortis augiat. Ut exero od tet vel dipsum vent aut il eugueros nis nim vullaor sequam, quat eugue faciliit lummy nulla am, conse exer susci bla augerate eugait utat niat. Ut ipissec etuer sequis et lam, consed magnim velessit nos dolorem do do dipit wis del exer irit adignim vullaor ercin velit,

11

Fonte: o autor.

Mas a página perfeita, como aquela pensada para veicular ideias numa publicação acadêmica, não se alcança apenas equilibrando-se nela a distribuição das letras, palavras e linhas. Imagine o ruído que instauraria no projeto de Manuzio uma folha salpicada de sobrenomes em caixa alta, apontando as referências de Aristóteles, tal como modernamente fazemos em textos científicos, sem contar os adornos desnecessários a que Hendel se refere e o desenho da própria fonte tipográfica. Aliás, esta última mereceria um artigo à parte, bastando lembrar aqui que ela foi objeto de estudo ainda nos tempos de Manuzio: o francês Geoffroy Tory (1480?-1533) escreveu um célebre tratado – *Campo florido*, publicado em 1526 – sobre as proporções das letras, fundamentando-se nas teorias do arquiteto romano Marcus Vitruvius Pollio, que viveu no século I a. C. e que, por sua vez, sistematizara em seu *De architectura libri decem* os cânones gregos de beleza, segundo inclusive o princípio aristotélico da proporcionalidade. Claro que não estamos fazendo aqui a apologia do padrão apolíneo e *clean*, condenando a experimentação no design gráfico. Mas, embora o design de uma página incomode “a maioria das pessoas somente quando ele é tão execrável que se torna difícil a leitura do texto” (HENDEL, 2006, p. 25), queremos insistir que, mesmo não incomodando o percurso dos olhos pelas páginas, a referência à la ABNT é uma agressão estética à qual nos habituamos ou que simplesmente não percebemos. “Estética” não apenas no sentido plástico, visual do termo, como procuramos demonstrar acima, mas também estilístico da escrita propriamente.

Escrever bem

Diz Frédéric Barbier, catedrático de história e civilização do livro da prestigiosa Escola Prática de Altos Estudos de Paris, que “O esforço de normatização produz efeito paralelamente sobre a estética da tipografia” (BARBIER, 2018, p. 369). Acreditamos que ela influa também sobre o *como* se escreve. Um potencial efeito da norma em questão sobre a escrita é a supressão do nome completo do autor já quando mencionado pela primeira vez, assim como qualquer outro cuidado para não o desumanizar como marca ou grife. Isto é, a pessoa “vira” um sobrenome, que pode ser justaposto numa enfiada de outros tantos, seguidos do ano de publicação da obra entre parênteses, como neste exemplo imaginário: “Ribeiro (1998), Foster (2017), Sánchez (2003) e Mascaro (1989) apontam que...”. Isso pode ser o seco início de um parágrafo ou de uma seção de artigo ou capítulo, quando não o próprio princípio dele. Nenhuma informação que não faça

de Ribeiro apenas o avatar acadêmico de, imaginemos, um professor de patologia do centenário curso de Farmácia da Universidade Federal de Ouro Preto, ou uma pesquisadora que, suponhamos, se chama Isabel Gonçalves Ribeiro, neutralizando o eventual machismo que nos faz pensar que Ribeiro só poderia ser um homem – o que também não é uma questão ou um comportamento de somenos importância, acreditamos.

Talvez você tenha reparado que todos ou quase todos os autores mencionados neste artigo foram de alguma forma circunstanciados, coerentemente com o que estamos tentando evitar como o defeito estilístico da objetividade, que não deve ser entendida como aridez. Não se trata aqui de fixarmos um modelo, mas de atentar para um problema grave, sobretudo para as Humanidades: estamos nos descuidando de nossa formação enquanto escritores, de criar estilo(s) em nossa escrita acadêmica, confundindo “escrever bem” com apenas “escrever certo”, isto é, conforme as normas gramaticais e as da ABNT. Menos que causa, esse sistema de referência em pauta é, de novo, sintoma de possível deformação da natureza das Humanidades, que têm no texto sua principal forma de expressão (mesmo quando trata das Artes, pois academicamente se fala delas por meio da escrita). Em outras palavras, parece que as Humanidades importam ou tentam emular não só o modelo de produtividade das Ciências Exatas e das Biológicas, mas também o “jeito” como elas “falam” em seus artigos⁴. É como se nós, das Humanas, recusássemos nossa própria linguagem – e, com ela, a beleza do pensamento traduzida em palavras de modo não menos belo.

A dramaticidade da sentença pode sucumbir à aparente banalidade de seu objeto – o que não seria menos dramático, porque a palavra e o cuidado com ela são, ou deveriam ser, centrais nas Humanidades. Mais uma vez, não se trata de algo trivial, pois se a escrita é essencial em nosso etos, então é a própria sobrevivência acadêmica das Humanidades que está em jogo – e “quanto mais lançam fora as Humanidades, mais naufraga a ideia de Universidade” (PÉCORA, 2015, p. 51). Afinal, um artigo estilisticamente melhor é superior a um cientificamente inatacável? Com certeza não, sobretudo se o critério para essa superioridade se limitar à correção teórico-metodológica e à pertinência das conclusões. Mas a má qualidade estilística da escrita acadêmica significa, no mínimo, uma leitura desatenta ou inexistente dos mestres do gênero, a começar pelo humanista francês Michel de Montaigne (1533-1592), autor de *Ensaio*s, livro que inaugurou a forma moderna de pensar por escrito. Não precisamos ir tão longe, porém. Temos, no Brasil, um ensaísta como Gilberto Freyre, cujas plasticidade e força das ideias, por mais que hoje elas sejam bastante discutíveis e discutidas, não se divorciam, ao nos-

so ver, das de sua escrita. Lembrando alguém vivo e ativo, o que pensar da fina ironia de um Robert Darnton, esse historiador norte-americano que tanto escreve sobre livros? Ou alguém que se foi há pouco e que se atrevia a escrever, com humor irresistível, um manual de metodologia científica – *Como se faz uma tese*: Umberto Eco, professor da quase milenar Universidade de Bolonha que, não por acaso, é autor de um romance também sobre livros, ou sobre a impossibilidade de lê-los, sobretudo se eles tratam do perigo do riso, *O nome da rosa*.

“O *paper*”, diz Carlos Ossa, fundador e professor do Instituto da Comunicação e Imagem da Universidade do Chile, “é uma forma de disciplinar o conhecimento, transformando-o numa espécie de pelotão linguístico que obedece a um grande modelo de voz de comando”. Não é de se estranhar, portanto, a obsessão com que nossa escrita é hoje minuciosamente normatizada pelos periódicos especializados. Não se trata, pois, apenas da adoção de modelos universais – que, como vimos, não são assim tão universalizados ou uniformes – de formatação, supostamente nos credenciando junto aos exclusivos clubes nacionais e internacionais do pensamento e da produção científica. “É uma forma de polícia simbólica. Sua tarefa é vigiar que a conceitualização normativa das ciências não seja esvaziada de lugar e de sentido por uma escritura anômala”, conclui Ossa no terceiro capítulo – “Publica o muere” – da série *Paradojas del nihilismo*, disponível no YouTube (os dois trechos citados estão, respectivamente, em 1’29” e 1’47”); a tradução é nossa). “Anômala”, isto é, anormal, ou seja, sem ou fora da norma. Quer dizer, o formato do *paper*, com suas inúmeras regras e interdições, refreia a ousadia do pensamento que eventualmente se manifeste fora ou mesmo contra as normas. Que inovação podemos esperar quando o que se quer é a contenção e a uniformidade, sem contar a pressa e a produção em larga escala, como se publicar logo e muito fosse um imperativo vital (“publique ou pereça”)?

Minha principal bronca com o *paper* é que ele nos rouba a escritura, nos tira o direito de ser escritores. E não no sentido profissional de literato, mas no fato de basicamente fazer com que o tempo possa dialogar com as palavras para pensar o que nem ela, as palavras, nem o tempo são (GENONEVA, 2020, 8’35”; tradução nossa).

O que traduziríamos assim, tomando emprestadas as palavras de Pécora, citado aqui já algumas vezes: “Refletir, por vezes, é apenas saber perder tempo, desviar-se da

pressa dos resultados óbvios” (PÉCORA, 2015, p. 49). Com isso voltamos ao princípio desta seção: a forma de referência que adotamos, se não atrapalha, com certeza não contribui para que escrevamos bem, no sentido de escrever como ensaístas. Observação ainda mais trágica quando ela vem da Filosofia, onde supomos haver mais liberdade para os voos da escrita. Talvez até ela “tenha perdido essa carga literária, essa carga criativa, essa carga poética”, lamenta Raúl Villarroel, outro docente da área na Universidade do Chile, em depoimento no vídeo citado, “porque está assediada por outras, digamos, necessidades, e, portanto, essa espécie de liberdade com que se podia escrevê-la se perdeu” (GENOVEVA, 2020, 10’48”, tradução nossa).

O grande paradoxo disso tudo é que talvez estejamos escrevendo não para a comunidade acadêmica, mas para robôs. A constatação está no mesmo capítulo do ensaio em vídeo *Paradojas del nihilismo*, desta vez numa voz cujo dono não conseguimos identificar: “Se os professores já não podem ler as teses de seus estudantes, se os estudantes não podem ler tampouco tudo o que têm que ler, então o que está lendo esses textos é um sistema informático” (GENOVEVA, 2020, 11’13”, tradução nossa). Sistema para o qual, acrescentamos, questões de estilo literário ou de design gráfico não são mesmo relevantes.

Aqui deve ser a conclusão

Nossas conclusões, bastante simples, estão dispersas ao longo do texto: admitimos, de modo impensado, regras de referência que tornam feias as páginas de nossas revistas científicas e, progressivamente, a de nossos livros acadêmicos (de tal modo que estes cada vez mais se assemelham àquelas, sobretudo quando eles são coletâneas de artigos), descuidando ao mesmo tempo do estilo literário (em sentido amplo) de nossos escritos – descuido que se reflete e se reforça na feiura do sistema de referência da ABNT. Gostaríamos de reservar o espaço que nos resta para ir além.

A constatação de que, inclusive nas Humanidades, produzimos *papers* em demasia – tanto que, de 2011 a 2016, o Brasil foi o 13^o colocado no ranking dos que mais publicaram artigos científicos no mundo, em todas as áreas do conhecimento, acima de países como Holanda, Rússia e Suíça (CLARIVATE Analytics, 2017, p. 8) – não deveria ser motivo de orgulho e muito menos justificativa para aplacar nossa consciência culpada pela necessidade de “mostrar serviço”, sobretudo quando somos funcionários públicos – eternos bodes expiatórios das políticas de austeridade ou das reformas ad-

ministrativas. Pelo contrário, ao menos entre nós, das Humanas, essa hiperprodução é lastimável sintoma de falência. Escrever é dolorosa e demorada conquista que se dá na e pela própria escrita – tanto no exercício crítico e autocrítico dela quanto na atenta observação da dos outros. Como amadurecê-la, se somos impelidos, desde a mais tenra iniciação científica – início de outra prática deletéria nas Humanidades, a hiperespecialização precoce –, a expor, mais que dúvidas e contradições, os “resultados” de nossas “pesquisas” em publicações, fóruns ou grupos de estudo ou de trabalho não menos especializados, que formam confortáveis e anódinas bolhas de consenso? Pior, para que escrever tanto e tão mal para tão poucos leitores?

Não há novidade nessas perguntas. E isso é ainda mais terrível. Porque se elas ainda são pertinentes é porque sua causa segue operante. Não nos iludamos: a batalha pelo direito à escrita como necessidade de expressão do pensamento e não como pressão institucional pela produtividade que nos justifique é parte de uma guerra política. A reconquista da forma ensaio é, por excelência, a trincheira de resistência das Humanidades nestes tempos de barbárie em que elas parecem perder a razão de ser, a não ser quando se pode “quantificar” seus “produtos”. Sem meias-palavras: a condição de existência das Ciências Humanas na universidade passa necessariamente pela defesa e pela prática da palavra escrita na plenitude não só de sua liberdade, mas também e sobretudo de sua beleza – ou estese, a única capaz de efetivamente nos deslocar de nossa anestesia.

Notas

1 Há um livro inteiro dedicado à história desse recurso editorial e gráfico, escrito por Anthony Grafton, intitulado *The Footnote: a curious history* (GRAFTON, 1999)

2 O filósofo explica – ou “demonstra”, como ele diz – essa ideia com as seguintes palavras: “Um afeto, enquanto está referido à mente, é uma ideia pela qual a mente afirma a força de existir, maior ou menos que antes, de seu corpo [...]. Assim, quando a mente é tomada de algum afeto, o corpo é, simultaneamente, afetado de uma afecção por meio da qual sua potência de agir é aumentada ou diminuída. Além disso, esta afecção do corpo [...] recebe de sua própria causa a força para preservar em seu ser, a qual, portanto, não pode ser refreada nem anulada senão por uma causa corpórea [...] que afete o corpo de afecção contrária à primeira [...] e mais forte que ela. A mente é, portanto [...], afetada da ideia de uma afecção mais forte e contrária à primeira, isto é [...], a mente será afetada do afeto mais forte e contrário ao primeiro, o qual, pois, excluirá ou anulará a existência do primeiro. Por isso, um afeto não pode ser anulado nem refreado senão por um afeto contrário e mais forte” (SPINOZA, 2010, p. 275-277).

3 Deve ter sido mesmo, pois o site diz o seguinte: “A norma é, por princípio, de uso voluntário, mas quase sempre é usada por representar o consenso sobre o estado da arte de determinado assunto, obtido entre especialistas das partes interessadas” (ABNT, 2014, n. p.).

4 Alcir Pécora lembra que a lógica da “pesquisa” em Exatas e Biológicas não se aplica às Humanidades, já que nestas o que se faz “[...] muitas vezes é muito diferente de programar, de planejar, de detalhar minuciosamente um empreendimento futuro, com plantas, cálculos, gráficos, descrições, orçamentos etc. como supõe a noção de projeto. Nas Humanidades, o adequado mesmo é não fazer nada disso e deixar-se conduzir pelos muitos fios da leitura, que nunca podemos adivinhar antes de ler, a menos que o livro seja ruim. Ou seja, em vez de pesquisar, que supõe experimento de bancada ou de modelagem, sob controle metodológico, o interessante pode ser estudar o assunto livremente, derivá-lo para muitos lados, sem menosprezar os contraditórios e nem mesmo os incoerentes. Numa frase: o que interessa mesmo é ganhar erudição no campo pertinente ao assunto. Ou seja, o que parece mais atraente num estudo de Humanidades é menos antecipar o futuro e resolver problemas, mas quase o contrário: perder tempo com o assunto sobre o qual almejamos uma espécie de autoria, não uma solução” (PÉCORA, 2015, p. 47).

Referências

ABNT. *Associação Brasileira de Normas Técnicas*, 2014. Normatização. S. l. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/normalizacao/o-que-e/o-que-e>. Acesso em: 10 maio 2021.

ABNT. *NBR10520*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2002.

BARBIER, Frédéric. *A Europa de Gutenberg: o livro e a invenção da modernidade ocidental (séculos XIII-XIV)*. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Edusp, 2018.

BARRETO, Maurício L. O desafio de avaliar o impacto das ciências para além da bibliometria. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 47, n. 4, p. 834-837, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/cx9vHMP5k5kmd4wv4bfTGNJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 maio 2021.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de Ensino Superior. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 81-100, 2012.

CLARIVATE Analytics. *Research in Brazil: A report for CAPES by Clarivate Analytics*. S. l.: Clarivate Analytics, 2017. Disponível em: <http://www.sibi.usp.br/wp-content/uploads/2018/01/Relat%C3%B3rio-Clarivate-Capes-InCites-Brasil-2018.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. 2. ed. Trad. Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 2 v.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Trad. Raquel Ramallete. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GENOVEVA, Elisabet. *Paradojas del nihilismo*. Capítulo 3: Publica o muere. Producciones Pliegue. S. l., 27 maio 2020. 1 vídeo (18 minutos e trinta segundos). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kjSAr5cNY&t=130s>. Acesso em: 8 maio 2021.

GRAFTON, Anthony. *The Footnote: a curious history*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

HANSEN, João Adolfo. *Aula pública, Prof. Hansen - A morte da cultura na universidade*. Centro Acadêmico Livre de Letras da USP. S. l., 28 ago. 2014. 1 vídeo (1 hora e 5 minutos). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ijbtqJZ9mqo&t=3324s>. Acesso em: 8 maio 2021.

HENDEL, Richard. *O design do livro*. Trad. Geraldo Gerson de Souza e Lúcio Manfredi. Cotia: Ateliê, 2006.

PÉCORA, Alcir. Letras e humanidades depois da crise. *Revista da Anpoll*, [S. l.], v. 1, n. 38, p. 41-54, 2015. DOI: 10.18309/anp.v1i38.833. Disponível em: <https://anpoll.emnuvens.com>.

br/revista/article/view/833. Acesso em: 28 maio. 2021.

PESQUISA FAPESP. *Quando se trata de português falado, não existe certo e errado*. S. l., 31 out. 2017. 1 vídeo (8 minutos). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NxQmBBgPrp8>. Acesso em: 8 maio 2021.

SPINOZA, Baruch de. *Ética*. Trad. Tomaz Tadeu. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.